

Empréstimos do Clube de Paris devem baixar para US\$ 250 milhões

2.6 MAI 1987

BRASÍLIA — O governo refez a previsão de que conseguiria empréstimos de 1 bilhão 192 milhões de dólares em 1987, do Clube de Paris, feita há 4 meses por Dilson Funaro. Não espera receber mais do que 250 milhões de dólares, até o fim do ano.

Foram essas previsões nada otimistas que levaram o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a acenar com a possibilidade de se estender a moratória para os membros do Clube de Paris, especialmente os Eximbank norte-americano e japonês, com os quais o Brasil ainda tem honrado seus compromissos.

Com ou sem moratória uma coisa é certa: já está comprometida a previsão de um crescimento de 9% das importações brasileiras este ano, pois o país terá que compensar a ausência de dinheiro novo com uma drástica redução das importações, para poder atingir o superávit de 8 bilhões de dólares.

Técnicos do Ministério da Fazenda para a área externa alegam que, em relação ao ano passado, as necessidades de importações são bem inferiores em 1987, sobretudo em função da estimativa de um crescimento da economia não superior a 5%, dos quais apenas 3,5% seriam com base na produtividade industrial e o restante seria de responsabilidade do setor agrícola.

Até agora, o Brasil ainda não recebeu dinheiro novo do Clube de Paris — com exceção de um empréstimo inferior a 35 milhões de dólares de um banco estatal italiano — o que tem deteriorado as reservas cambiais. O quadro provavelmente não será revertido até a conclusão do relatório do Fundo Monetário Internacional sobre a situação da economia brasileira, prevista para meados de junho.

Este é um problema que deve ser equacionado a curto prazo, acreditam técnicos do Ministério da Fazenda, e será tarefa da comissão especial da dívida externa, criada há dois meses por Dilson Funaro, e até o momento, inativa. Embora o próprio embaixador extraordinário para a questão da dívida, o ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro tenha admitido que a comissão não tem mais razão de existir, o atual coordenador de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, embaixador Rubens Barbosa, entende que ela não deve ser extinta.

A questão da dívida, na gestão do ministro Bresser Pereira, passa a ter uma participação mais ativa do Banco Central — que ficará responsável pelas negociações interbancárias, sobretudo com as instituições privadas — e da própria Seplan —, através do Instituto de Planejamento Econômico Social (Ipea).

No Ministério da Fazenda, os estudos e negociações vão convergir para as agências internacionais (Banco Mundial, por exemplo) e grupos como o Clube de Paris, e o G-24 (grupo de 24 países membros do FMI, que, assim como o Brasil, compõem a relação das nações endividadadas do Terceiro Mundo).